

4468 As terras indígenas sofrem nova invasão

Fiscais do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF – agentes da Polícia Federal e até mesmo o próprio delegado regional da Funai, Lizio Lili, estão hoje na aldeia Piraquá, localizada no município de Ponta Porã. Eles foram até lá para averiguar “in loco” denúncias de uma nova invasão de terras indígenas que chegou à Delegacia Regional da Funai, ontem pela manhã.

A denúncia partiu do cacique Lázaro Morel, chefe da aldeia. Segundo ele, o fazendeiro Libero Monteiro está pressionando os índios a abandonarem a aldeia, sob a alegação de que a terra pertence a ele. Como os índios se recusam a sair da área e a questão está sub-júdice, ele aproveita para explorar a madeira das terras, antes que a Justiça defina que a área pertence legalmente à comunidade indígena.

Ontem o delegado da Funai, Lizio Lili garantiu que Libero Monteiro age ilegalmente pois a ordem para exploração da área – expedida pelo IBDF – venceu antes mesmo da questão da terra ir à Justiça. O problema ameaça se agravar porque os índios estão revoltados com a situação. As 43 famílias que ocupam uma área de mais de dois mil hectares não se conformam com a atitude do fa-

zendeiro que insiste em pressionar a saída dos pouco mais de 200 índios das terras.

A equipe da Funai, IBDF e Polícia Federal vai ficar na área até que toda a situação esteja solucionada. O IBDF já garantiu que vai impedir a derrubada de novas árvores e a Polícia Federal foi para garantir a segurança dos índios. O documento que o fazendeiro usa para explorar a mata é totalmente ilegal segundo as autoridades. Bem por isso, é intenção forçá-lo a devolver o papel.

A providência mais urgente que a Funai pretende tomar para garantir a terra dos índios, segundo o delegado Lizio Lili, será requerer a demarcação imediata da área. Ele garante que a terra pertence aos índios há muito tempo, tanto que “existem lá”, disse ele, “diversos cemitérios indígenas que vêm comprovar que a área realmente é de domínio dos índios desde épocas passadas”. Lili observa que numa área onde há mais de um cemitério é porque há muitas gerações ali enterradas.

A Polícia Federal terá a missão de obrigar o fazendeiro a abandonar as terras dos índios e garantir a segurança deles até que a Justiça dê a palavra final na questão da terra. Mas, a Funai a-



As invasões de terras indígenas cada vez mais comuns no MS

credita que essa definição é só uma questão de formalidades, pois a terra, originalmente 2.346 hectares, pertence de fato e de direito aos índios. O IBDF por seu lado, tratará especificamente da questão do desmatamento da área que é proibido por lei. De lá a equipe seguirá, nos próximos

dias, para o município de Maracaju, onde uma outra área de terras indígenas está apresentando os mesmos problemas de Piraquá.